

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

PROGRAMA DO CONCURSO

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE COFRE DIGITAL PARA O
DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

PROCESSO N.º **22DC11CPI040**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

ÍNDICE

1.	OBJETO DO CONCURSO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR	3
3.	CONSULTA DO PROCESSO	3
4.	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
5.	AGRUPAMENTOS	4
6.	MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
7.	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	5
8.	PROPOSTAS VARIANTES	6
9.	PREÇO BASE	6
10.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	7
11.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	7
12.	JÚRI DO CONCURSO	13
13.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS	13
14.	RELATÓRIO PRELIMINAR	14
15.	AUDIÊNCIA PRÉVIA	14
16.	RELATÓRIO FINAL.....	14
17.	ADJUDICAÇÃO.....	14
18.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	15
19.	CAUÇÃO.....	16
20.	CONTRATO	17
21.	ENCARGOS.....	17
22.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	17

ANEXOS:

ANEXO I FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)
(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO XML)

ANEXO II MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

ANEXO III FORMULÁRIO DE PREÇOS

ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

ANEXO VI MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

ANEXO VII MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1.** Constitui objeto do presente Concurso Público Internacional a **AQUISIÇÃO DE COFRE DIGITAL PARA O DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
- 1.2.** O presente procedimento não se encontra organizado por lotes, porque a separação das prestações objeto do presente procedimento causam, por motivos técnicos e funcionais, graves inconvenientes à SCML. Designadamente, decorrentes de uma eventual multiplicidade de intervenientes, ser inversamente proporcional à simplificação da solução, e dos processos associados, criando assim, complexidade nas dependências técnicas e operacionais, nomeadamente nos processos de contingência e ativação de suporte, e colocando assim em causa, os tempos de execução bastante curtos, e críticos no cumprimento das obrigações legais da guarda das cópias de segurança, antes da realização de qualquer sorteio.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

- 2.1.** A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico dicom.nabse@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.
- 2.2.** A decisão de contratar foi tomada por Deliberação da Mesa da SCML n.º 915/2022 de 09 de junho de 2022 nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da SCML, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

3. CONSULTA DO PROCESSO

O presente concurso público decorrerá e pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, utilizada pela SCML.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1.** Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela SCML, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2.** No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:
 - 4.2.1.** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

- 4.2.2.** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - 4.2.3.** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.
- 4.3.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - 4.3.1.** O Júri do concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;
 - 4.3.2.** O Órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.
- 4.4.** Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, e junta às peças de procedimento.
- 4.5.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela SCML.
- 4.6.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 5.2.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros do agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a SCML, pela manutenção das suas propostas, com as legais consequências.
- 5.3.** Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela SCML, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 5.4.** Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento Concorrente.
- 5.5.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

- 5.5.1.** Cópia do contrato de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas;
- 5.5.2.** Procuração outorgada por todos os membros do agrupamento ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os bens fornecidos e respetivos serviços executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da SCML ou seu representante, respeitantes ao contrato celebrado;
- 5.5.3.** Documento com a indicação da percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a indicação do seu líder.

6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às **23h59m59s** do **30.º (trigésimo) dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, que emitirá ao Concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção com referência às respetivas data e hora.
- 6.2.** A proposta será assinada pelo Concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração com assinatura reconhecida na qualidade, que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
- 6.3.** Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de dados (v.g. arquivo ZIP), deve, ainda assim e sob pena de exclusão, assinar com recurso a assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

7. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 7.1.** Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 7.2.** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - 7.2.1.** Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido, conforme modelo constante do **ANEXO I** do presente Programa do Concurso;
 - 7.2.2.** Declaração com indicação do preço contratual global, elaborada de acordo com o **ANEXO II** do presente Programa do Concurso, observando o disposto no artigo 60.º do CCP;
 - 7.2.3.** Formulário de Preços, correspondente ao **ANEXO III** ao presente Programa do Concurso devidamente preenchido pelo concorrente, discriminando:

- 7.2.3.1.** Preços unitários, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- 7.2.3.2.** Preços totais, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) considerando as quantidades estimadas;
- 7.2.3.3.** Preço global da proposta, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- 7.2.4.** Documento com cronograma de ações e encadeamento de tarefas, refletindo todas as dependências e fases relevantes a executar (incluindo testes);
- 7.2.5.** Documento que evidencie o preenchimento, pelo Concorrente, de todos os requisitos das cláusulas técnicas do caderno de encargos, com referência ao respetivo número, adicionando a descrição da forma de cumprimento utilizando para o efeito uma tabela, como a exemplificada em seguida. A descrição não deve corresponder a uma mera reprodução dos conteúdos dos requisitos:

REQUISITO	CUMPRIMENTO NA PROPOSTA	DESCRIÇÃO
REQ. N.º	Cap. - ponto - pág.	<Descrição>
REQ. N.º	Cap. - ponto - pág.	<Descrição>
REQ. N.º	Cap. - ponto - pág.	<Descrição>

- 7.3.** Os preços indicados na proposta são expressos em Euros e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- 7.4.** O Concorrente deve apresentar outros documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- 7.5.** Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 7.6.** Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 7.7.** Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo Concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

9. PREÇO BASE

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens e respetivos serviços objeto do contrato a celebrar, o preço base é de **€ 700.000,00 (setecentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
- 9.2.** O preço base indicado no número antecedente foi fixado, mediante critérios objetivos, tendo em conta a consulta preliminar realizada ao mercado.

- 9.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a SCML pagará ao Adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 9.4.** No decurso da execução do contrato, a SCML pagará apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indenizado, seja a que título for.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de **120 (cento e vinte) dias úteis** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade Multifator, sendo densificado por um conjunto de fatores, e subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar. E é composto pelo seguinte modelo de avaliação das propostas, que considera os fatores, subfatores e respetivos ponderadores que se apresentam:

FATORES	%	SUBFATORES	%
A QUALIDADE, CONSISTÊNCIA DO SOFTWARE E INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS DA SCML	30%	A1 – AVALIAÇÃO DA SOLUÇÃO	80%
		A2 – AVALIAÇÃO DE MIGRAÇÃO	20%
B EXPERIÊNCIA DA SOLUÇÃO	10%	B1 – USABILIDADE E NAVEGAÇÃO EM BACKOFFICE	40%
		B2 – GESTÃO DE UTILIZADORES	20%
		B3 – RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES	20%
		B4 – Ativação do HSM	20%
C MANUTENÇÃO	10%		
D PREÇO	50%		
TOTAL DOS FATORES	100%		

A classificação final de cada Proposta é obtida através da seguinte expressão:

$$CF = (Fator A \times 0,30) + (Fator B \times 0,10) + (Fator C \times 0,10) + (Fator D \times 0,50)$$

Os arredondamentos serão feitos às centésimas.

FATOR A – Avalia as propostas em termos da **QUALIDADE, CONSISTÊNCIA DO SOFTWARE E INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS DA SCML** com a ponderação final de **30% (trinta por cento)**, e que por sua

vez é decomposto em 2 (dois) subfatores com a seguinte descrição e ponderações específicas:

FATOR	%	SUBFACTORES	%
A QUALIDADE, CONSISTÊNCIA DO SOFTWARE E INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS DA SCML	30%	A1 – AVALIAÇÃO DA SOLUÇÃO	80%
		A2 – AVALIAÇÃO DA MIGRAÇÃO	20%

A classificação deste fator será apurada por via do somatório dos seus subfatores, multiplicado pelo respetivo ponderador, e será obtida através da seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator A} = (\text{Subfator A1} + \text{Subfator A2}) \times 0,30$$

SUBFATOR A1 – AVALIAÇÃO DA SOLUÇÃO, tem a ponderação de **80% (oitenta por cento)** e avalia as características técnicas da solução tendo em conta, a forma como responde às exigências de segurança, disponibilidade e performance, enquadradas nas necessidades específicas da SCML, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

AVALIAÇÃO DA SOLUÇÃO	PONTUAÇÃO
A SOLUÇÃO APRESENTADA RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, <u>E A PROPOSTA É DESCRITA DE FORMA CLARA E CONSISTENTE</u> , PERMITINDO, NÃO SÓ AFERIR A FORMA COMO RESPONDEM ÀS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA, BEM COMO, DA SUA QUALIDADE, ROBUSTEZ, FIABILIDADE E USABILIDADE, DANDO TAMBÉM À SCML, UMA PERSPECTIVA CONCRETA DO RESULTADO FINAL QUE IRÁ OBTER, SENDO AS SUAS CARACTERÍSTICAS DE ACORDO COM AS MELHORES PRÁTICAS E SOLUÇÕES DO MERCADO, E SUSTENTANDO OS NÍVEIS DE SERVIÇO ASSUMIDOS	100
A SOLUÇÃO APRESENTADA RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, E A PROPOSTA <u>É DESCRITA DE FORMA CLARA</u> , O QUE PERMITE AFERIR A FORMA COMO RESPONDEM ÀS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA, BEM COMO, DA SUA QUALIDADE, ROBUSTEZ, FIABILIDADE E USABILIDADE, ASSIM COMO DA FORMA COMO RESPONDEM AOS NÍVEIS DE SERVIÇO ASSUMIDOS	50
A SOLUÇÃO APRESENTADA RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, SENDO, TODAVIA, <u>E A PROPOSTA É POUCO DETALHADA, E POR VEZES POUCO CLARA</u> , NO QUE RESPEITA NOMEADAMENTE, À COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA CABAL DA SOLUÇÃO, OU DA SUA QUALIDADE.	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator A1} = \text{Pontuação} \times 0,80$$

SUBFATOR A2 – AVALIAÇÃO DA MIGRAÇÃO, tem a ponderação de **20% (vinte por cento)** e avalia as características técnicas da solução tendo em conta a forma como será assegurada a migração, respondendo cabalmente às exigências de integração com os sistemas da SCML, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

AVALIAÇÃO DA MIGRAÇÃO	PONTUAÇÃO
A ABORDAGEM DE MIGRAÇÃO APRESENTADA, RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, <u>E O NÍVEL DE CLAREZA E DE DETALHE DA PROPOSTA, PERMITE AFERIR, DE FORMA CLARA E CONCRETA,</u> O MODO COMO ESTA VAI GARANTIR A INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS DA SCML, BEM COMO, A QUALIDADE DOS DADOS, O MAPEAMENTO DE ATRIBUTOS (TRANSFORMAÇÃO DE DADOS) ENTRE A PLATAFORMA ATUAL, E A PLATAFORMA PROPOSTA	100
A ABORDAGEM DE MIGRAÇÃO APRESENTADA, RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, <u>E O NÍVEL DE CLAREZA E DE DETALHE DA PROPOSTA, PERMITE AFERIR,</u> DESIGNADAMENTE A FORMA COMO ESTA VAI GARANTIR A QUALIDADE DOS DADOS, O MAPEAMENTO DE ATRIBUTOS (TRANSFORMAÇÃO DE DADOS) ENTRE A PLATAFORMA ATUAL, E A PLATAFORMA PROPOSTA	50
A ABORDAGEM DE MIGRAÇÃO APRESENTADA RESPEITA OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, SENDO, <u>TODAVIA, A PROPOSTA POUCO DETALHADA, E POR VEZES POUCO CLARA E POUCO CONSISTENTE,</u> NO QUE RESPEITA À MIGRAÇÃO, NOMEADAMENTE NA FORMA COMO ESTA VAI GARANTIR A QUALIDADE DOS DADOS, O MAPEAMENTO DE ATRIBUTOS (TRANSFORMAÇÃO DE DADOS) ENTRE A PLATAFORMA ATUAL, E A PLATAFORMA PROPOSTA	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator A2} = \text{Pontuação} \times 0,20$$

FATOR B – Avalia a proposta em termos de **EXPERIÊNCIA DA SOLUÇÃO** com a ponderação final de **10% (dez por cento)**, referente à qualidade e consistência funcional da solução proposta, e que por sua vez é decomposto em 4 (quatro) subfatores com a seguinte descrição e ponderações específicas:

FATOR	%	SUBFACTORES	%
B EXPERIÊNCIA DA SOLUÇÃO	10%	B1 – USABILIDADE E NAVEGAÇÃO EM BACKOFFICE	40%
		B2 – GESTÃO DE UTILIZADORES	20%
		B3 – RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES	20%
		B4 – ATIVAÇÃO DO HSM	20%

A classificação deste fator será apurada por via do somatório dos seus subfatores, multiplicado pelo respetivo ponderador, e será obtida através da seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator B} = (\text{Subfator B1} + \text{Subfator B2} + \text{Subfator B3} + \text{Subfator B4}) \times 0,10$$

NOTA: A concretização da experiência da solução deverá ocorrer mediante apresentação a efetuar nas instalações da SCML, ou em local a acordar com a SCML, dentro do território nacional. Excecionalmente poderá a apresentação ser efetuada, através da utilização de meios eletrónicos de comunicação à distância, devendo nesse caso ser assegurada a possibilidade de acesso remoto à solução, por parte do júri.

Na demonstração da solução proposta é pretendida a apresentação dos seguintes aspetos: Usabilidade e Navegação em *BackOffice*, Gestão de Utilizadores, Renovação de Certificados pelos Utilizadores e Ativação do HSM.

A apresentação de cada concorrente durará um máximo de **45 (quarenta cinco) minutos** e o grupo de utilizadores terá posteriormente uma hora para colocar questões que considere pertinentes, para concretização da respetiva apreciação/avaliação, de acordo com os **SUBFATORES B1, B2, B3 E B4**.

SUBFATOR B1 – USABILIDADE E NAVEGAÇÃO EM BACKOFFICE tem a ponderação de **40% (quarenta por cento)** e avalia a experiência de utilização proporcionada na utilização do *BackOffice* da solução proposta, e a facilidade com que os utilizadores podem adaptar-se à mesma, nomeadamente para os processos de selagem e quebra de selo (individualmente e/ou em lote), de acordo com a seguinte escala de pontuação:

USABILIDADE E NAVEGAÇÃO EM BACKOFFICE	PONTUAÇÃO
<u>É FÁCIL E INTUITIVO</u> , NAVEGAR E EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES REGULARES (SELAGEM E QUEBRA DE SELO, INDIVIDUALMENTE, E OU EM LOTE)	100
<u>É DIFÍCIL E POUCO INTUITIVO</u> , NAVEGAR E EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES REGULARES (SELAGEM E QUEBRA DE SELO, INDIVIDUALMENTE E OU EM LOTE)	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator B1} = \text{Pontuação} \times 0,40$$

SUBFATOR B2 – GESTÃO DE UTILIZADORES tem a ponderação de **20% (vinte por cento)** e avalia a experiência de utilização proporcionada na utilização do *BackOffice* da solução proposta, e a facilidade com que os gestores/administradores podem adaptar-se à mesma, nomeadamente para os processos de criação, suspensão e eliminação de utilizadores, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

GESTÃO DE UTILIZADORES	PONTUAÇÃO
<u>É FÁCIL E INTUITIVO</u> NAVEGAR E EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES DE GESTÃO DE UTILIZADORES, CRIAÇÃO, RENOVAÇÃO E ELIMINAÇÃO	100
<u>É DIFÍCIL E POUCO INTUITIVO</u> NAVEGAR E EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES DE GESTÃO DE UTILIZADORES, CRIAÇÃO, RENOVAÇÃO E ELIMINAÇÃO	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator B2} = \text{Pontuação} \times 0,20$$

SUBFATOR B3 – RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES tem a ponderação de **20% (vinte por cento)** e avalia a experiência de utilização proporcionada no *BackOffice* da solução proposta, e a facilidade com que os utilizadores podem adaptar-se à mesma, nomeadamente para o processo de renovação dos seus próprios certificados individuais.

de acordo com a seguinte escala de pontuação:

RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES	PONTUAÇÃO
<u>É FÁCIL E INTUITIVO A RENOVAÇÃO DOS CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES</u> DE FORMA AUTÔNOMA E NO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE SEGURANÇA E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	100
<u>É DIFÍCIL E POUCO INTUITIVO A RENOVAÇÃO DOS CERTIFICADOS PELOS UTILIZADORES</u> DE FORMA AUTÔNOMA E NO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE SEGURANÇA E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator B3} = \text{Pontuação} \times 0,20$$

SUBFATOR B4 – ATIVAÇÃO DO HSM tem a ponderação de **20% (vinte por cento)** e avalia a experiência de utilização proporcionada pela solução proposta, e a facilidade com que os utilizadores podem adaptar-se à mesma, concretamente na ativação do processo de contingência (remota e localmente), em processo segregado por funções, no cumprimento das regras de segurança e suportadas nas melhores práticas, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

ATIVAÇÃO DO HSM	PONTUAÇÃO
<u>É FÁCIL E INTUITIVO EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES</u> DE CONTINGÊNCIA, ATIVAÇÃO DO HSM	100
<u>É DIFÍCIL E POUCO INTUITIVO EXECUTAR AS FUNCIONALIDADES</u> DE CONTINGÊNCIA, ATIVAÇÃO DO HSM	1

A classificação final deste subfator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Subfator B4} = \text{Pontuação} \times 0,20$$

FATOR C – Avalia a proposta em termos do **MANUTENÇÃO** com a ponderação final de **10% (dez por cento)**, permitirá avaliar as propostas relativamente à descrição e forma de operacionalização dos processos que os Concorrentes apresentam para a fase de manutenção, tendo em consideração os requisitos do Caderno de Encargos, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

MANUTENÇÃO	PONTUAÇÃO
A DESCRIÇÃO E A FORMA DE OPERACIONALIZAR OS PROCESSOS PARA A FASE DE MANUTENÇÃO RESPEITAM OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, E A PROPOSTA APRESENTA UM NÍVEL DE CLAREZA E DETALHE QUE PERMITEM AFERIR DA SUA COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA, CONFIRMANDO QUE O CONCORRENTE RESPONDE ADEQUADAMENTE AOS DIVERSOS PROCESSOS PREVISTOS, NA FASE DE MANUTENÇÃO, ASSIM COMO PERMITE VERIFICAR ADEQUADAMENTE A FORMA COMO OS CONCORRENTES PRETENDEM GARANTIR, COM OS PROCESSOS APRESENTADOS, OS NÍVEIS DE SERVIÇOS DEFINIDOS, <u>ASSIM COMO OPERACIONALIZAR A ARTICULAÇÃO COM A SCML</u>	100
A DESCRIÇÃO E A FORMA DE OPERACIONALIZAR OS PROCESSOS PARA A FASE DE MANUTENÇÃO RESPEITAM OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, E A PROPOSTA APRESENTA UM <u>NÍVEL DE CLAREZA E DE DETALHE QUE PERMITEM AFERIR DA SUA COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA, PARA TODOS OS PROCESSOS PREVISTOS</u> , NA FASE DA MANUTENÇÃO, VISANDO O CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS ESTABELECIDOS	50
A DESCRIÇÃO E A FORMA DE OPERACIONALIZAR OS PROCESSOS PARA A FASE DE MANUTENÇÃO, RESPEITAM OS REQUISITOS DO CADERNO DE ENCARGOS, <u>SENDO, TODAVIA, A PROPOSTA POUCO DETALHADA E POR VEZES POUCO CLARA NO QUE RESPEITA A COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA</u> OU DA FORMA COMO OS CONCORRENTES PRETENDEM GARANTIR, COM OS PROCESSOS APRESENTADOS, OS NÍVEIS DE SERVIÇO ESTABELECIDOS, ASSIM COMO OPERACIONALIZAR A ARTICULAÇÃO COM A SCML.	1

A classificação final deste Fator é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Fator C} = \text{Pontuação} \times 0,10$$

FATOR D – Avalia a proposta em termos do **PREÇO** com a ponderação final de **50% (cinquenta por cento)**, permitirá avaliar as propostas relativamente ao preço proposto por cada concorrente.

Este fator será pontuado e valorizado, de forma linear, pela aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator D} = \frac{P_{\text{Base}} - P_{\text{Prop}}}{P_{\text{Base}}} \times 100$$

Sendo que:

PBase – representa o preço base estabelecido pela SCML

PProp – representa o preço proposto pelo concorrente.

11.2. Em caso de igualdade, será concedida vantagem à proposta que apresente maior pontuação no FATOR D – Preço.

11.3. Caso o empate persista, após aplicação do disposto no ponto anterior, o desempate será efetuado através de sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, com prévia convocatória dos Concorrentes de data, hora e local, a enviar com a antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**, através da plataforma eletrónica utilizada pela SCML.

11.4. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

12. JÚRI DO CONCURSO

- 12.1.** O concurso será conduzido por um Júri, designado para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
- 12.2.** O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.
- 12.3.** Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:
- a)** Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Programa do Concurso e do artigo 50.º do CCP;
 - b)** Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
 - c)** Decisão sobre requerimentos dos Interessados para classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;
 - d)** Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;
 - e)** Propor fundamentadamente a exclusão de uma proposta que apresente um preço ou custo anormalmente baixo, mesmo na ausência de definição no Programa do Concurso.

13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

- 13.1.** O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.
- 13.2.** Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 13.3.** O Júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem comprovar factos ou qualidades anteriores à data da apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

13.4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

13.5. Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respectivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrônica em uso pela SCML, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

14.1. O Júri do concurso, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.

14.2. No relatório preliminar, o Júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.

15.2. Os Concorrentes têm **5 (cinco) dias úteis** após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

16. RELATÓRIO FINAL

16.1. Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri do concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

16.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

17. ADJUDICAÇÃO

17.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.

17.2. No prazo de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:

- 17.2.1.** Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e na cláusula seguinte do presente Programa do Concurso;
- 17.2.2.** Comunicar à SCML o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução do contrato;
- 17.2.3.** Prestar caução no montante exigido na **cláusula 19.** do presente Programa do Concurso, e na **cláusula 12.** do Caderno de Encargos.
- 17.3.** O Adjudicatário deve comprovar a prestação da caução junto da SCML no prazo máximo de **11 (onze) dias úteis** contados a partir da notificação da decisão de adjudicação.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

- 18.1.** No prazo previsto na cláusula anterior do presente Programa do Concurso, o Adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica em uso pela SCML, os seguintes documentos de habilitação:
 - 18.1.1.** Declaração de habilitação conforme o modelo constante do **ANEXO IV** do presente Programa do Concurso;
 - 18.1.2.** Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:
 - a)** Certidão de Registo Criminal atualizada, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - b)** Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c)** Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
 - 18.1.3.** Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor.
- 18.2.** Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o Adjudicatário preste à SCML o necessário consentimento, nos termos da lei.

- 18.3.** Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a SCML consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do **número 18.1.2.** da presente cláusula, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a SCML, tem o contribuinte fiscal n.º 500 745 471, podendo com esse número o Adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do **número 18.1.** da presente cláusula.
- 18.4.** A SCML pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 18.5.** Caso a SCML detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o Adjudicatário para, no prazo de **5 (cinco) dias**, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 18.6.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 18.7.** Nos termos do artigo 117.º do CCP e do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 18.8.** A SCML notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela SCML.

19. CAUÇÃO

- 19.1.** O Adjudicatário garantirá mediante a prestação de caução o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.
- 19.2.** O valor da caução é de **5% (cinco por cento)** do preço do primeiro terço da duração do contrato e será prestada por depósito em dinheiro (**ANEXO V** do presente Programa do Concurso) ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou ainda mediante garantia bancária à primeira solicitação (**ANEXO VI** do presente Programa do Concurso) ou por seguro-caução à primeira solicitação (**ANEXO VII** do Presente Programa do Concurso).
- 19.3.** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é de **10% (dez por cento)** do preço contratual.

20. CONTRATO

- 20.1.** Nos termos do artigo 101.º do CCP, o Adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.
- 20.2.** Qualquer eventual reclamação à minuta do contrato apresentada pelo Adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela SCML no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 20.3.** O contrato deve ser formalizado com a aposição de assinatura eletrónica, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.
- 20.4.** No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a SCML comunicará o prazo para assinatura e remessa do contrato.

21. ENCARGOS

- 21.1.** São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 21.2.** São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à prestação de caução e à celebração do contrato.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I
FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO XML)

ANEXO II

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a executar todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara:

- a) Que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Que se obriga a executar o contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Local], [Data]

[Assinatura]

ANEXO III
FORMULÁRIO DE PREÇOS
(DISPONIBILIZADO EM EXCEL)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Vai, com sede, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia deEuros... (..... euros), (em dinheiro ou representada por)....., como caução exigida para garantir a sua celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato para....., nos termos do artigo 88.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ...

Assinatura,

ANEXO VI**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO**

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, vem o Banco, com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/__, declarar prestar a favor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), com sede, em Lisboa, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros(.....euros), correspondente à caução de __ % deEuros (valor de adjudicação), prevista no Programa do Concurso para a adjudicação da....., destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes do referido contrato.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da SCML, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a SCML, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a SCML, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela SCML, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É, pois, de € (..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).

ANEXO VII

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros.....com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta o favor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), com sede e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente à caução de __ % prevista no Programa do Concurso destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (identificação do Adjudicatário) com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, assumirá no contrato que com ela a SCML, vai outorgar e que tem por objeto....., regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da SCML, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à SCML, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões deles emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)